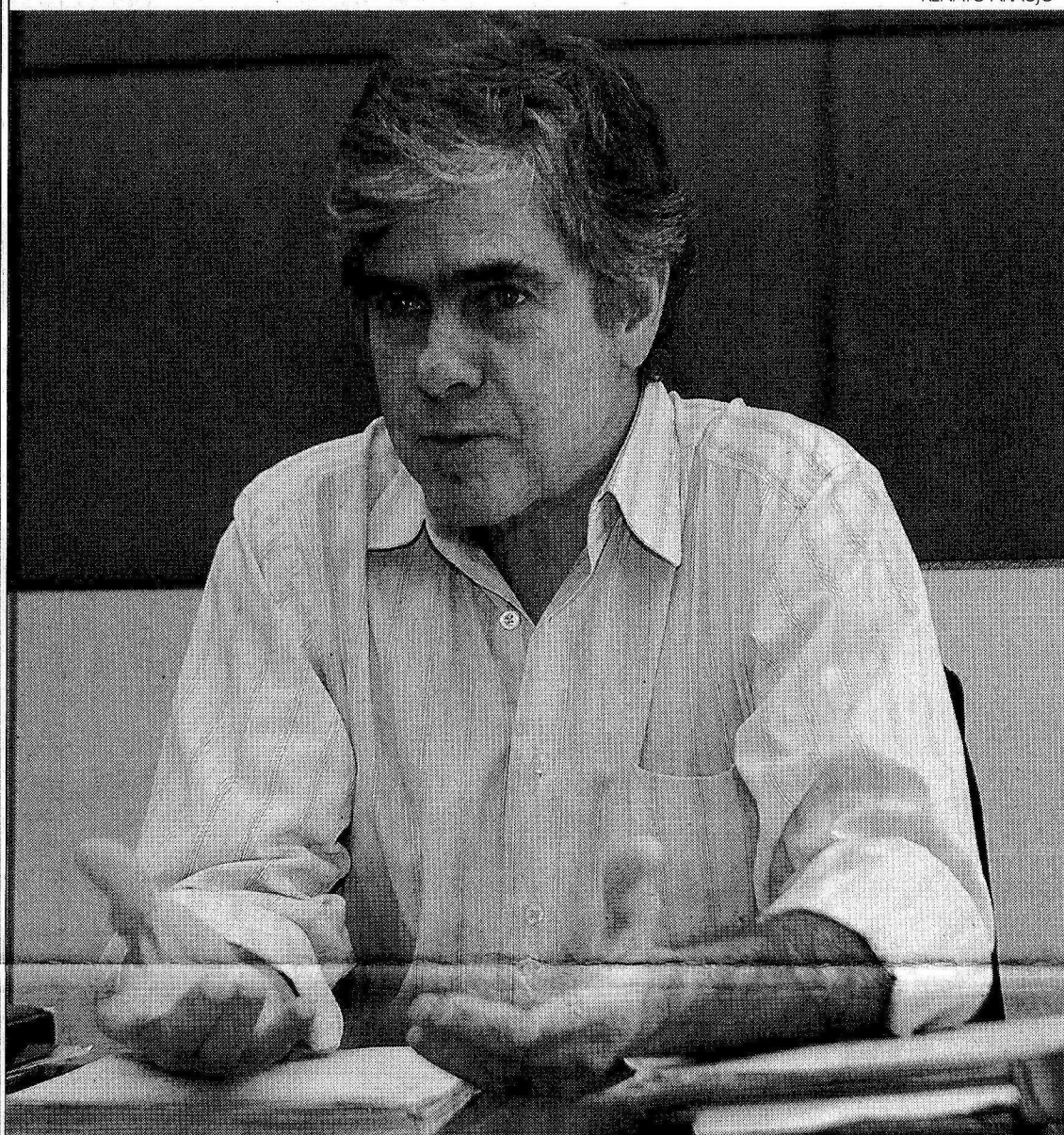


ENTREVISTA

AUGUSTO CARVALHO

"A situação da Saúde está de péssima qualidade"

RENATO ARAÚJO



Como o senhor avalia a situação atual da Saúde no Distrito Federal?

A Saúde do DF já foi referência nacional e mundial. No entanto, com o crescimento desordenado da população da capital e dos municípios do Entorno, a rede pública ficou sobrecarregada. No total, somamos quase 4 milhões de usuários. Todos os recursos financeiros, materiais e humanos que forem empregados na Saúde Pública do DF serão poucos se não buscarmos uma solução regional. Reconhecemos que a situação da Saúde está de péssima qualidade e, por isso, algumas medidas necessárias foram tomadas.

Qual a principal medida estabelecida pelo governo e de que forma ela ajudará a resolver a questão da Saúde Pública?

É preciso resolver os problemas da região do Entorno. Se não tiver atendimento médico às pessoas que moram em Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso, Novo Gama e tantas outras cidades, não será possível garantir um bom atendimento ao morador do DF, porque os hospitais do Gama, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina e Sobradinho estão sobrecarregados. Em Brazlândia, por exemplo, 70% dos atendimentos são de moradores do Entorno. Precisamos encontrar soluções conjuntas com os integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride), formada pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Na semana passada, o governador (José Roberto) Arruda se encontrou com o governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e já destinou R\$ 30 milhões para a conclusão dos hospitais de Santo Antônio do Descoberto e de Águas Lindas.

O GDF irá arcar com os custos dos hospitais do Entorno? Qual a contrapartida do Estado de Goiás?

Nós temos feito uma ação integrada para administrar esse problema. Por isso, o governador se dispôs a injetar verba nesses hospitais, porque, se não tiver atendimento, eles virão para os hospitais do DF. Dessa forma, se forem atendidos em suas cidades, estarão melhorando as condições dos nossos hospitais e, até mesmo, dos nossos profissionais, que estão estressados pelo grande número de atendimentos. O governo de Goiás alega que não tem recursos, por isso, os dois governos irão, no próximo dia 25, ao encontro do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para buscar mais verba para contratação de pessoal e infra-estrutura. Não adianta pensar que vamos recusar o atendimento porque o paciente é proveniente de Goiás. Se lá ele não tem hospital, então temos que dar atendimento aqui. O cidadão não quer saber de quem é a responsabilidade, porque ele tem direito à saúde pública de qualidade.

Foi anunciada a intenção do governo de criar unidades de atendimento ambulatorial para diminuir os atendimentos nos hospitais. Quando isso será colocado em prática?

A nossa esperança é acertar com o Ministério da Saúde um cronograma de implantação de 23 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no Distrito Federal e outras seis no Entorno o mais rápido possível. O modelo já existe no Rio de Janeiro e, caso seja utilizado no DF, vai reduzir o número de pacientes nas emergências. O projeto prevê salas de gesso e pequenas cirurgias; apenas os casos mais complexos serão encaminhados ao hospital, em uma ambulância que ficará no local. Uma unidade leva, em média, 30 dias para ficar pronta. Após a autorização do Governo Federal, elas

serão imediatamente implementadas. Em São Paulo, existe um modelo semelhante em que poucos pacientes são encaminhados para os hospitais. A maioria pode ser atendida na própria unidade, o que já diminui o contingente de atendimento das emergências. Dessa maneira, o nível de resolubilidade dos problemas de saúde é melhorado de forma rápida e fácil.

Além dessas unidades, está previsto o aumento do número de equipes do Programa Família Saudável?

O deputado federal Augusto Carvalho se licenciou de seu mandato na Câmara para assumir a Secretaria de Saúde em agosto deste ano e encontrou pela frente a difícil tarefa de buscar soluções para os graves problemas da Saúde Pública do Distrito Federal. No início deste mês, o governo local lançou um pacote de medidas para melhorar a situação dos pacientes e tentar acabar de vez com os tormentos de anos. Entre as medidas, ações conjuntas com o Estado de Goiás e a descentralização do orçamento das unidades de saúde. Na última semana, foi aprovada pela Câmara Legislativa a lei que garante autonomia ao Governo do Distrito Federal para decidir o modelo de gestão a ser adotado e o autoriza a passar para as mãos de organizações sociais a gestão de unidades de Saúde. Augusto Carvalho conversou com a reportagem do Jornal de Brasília sobre esses e outros assuntos.

"Não vamos recusar o atendimento porque o paciente é de Goiás. Se lá ele não tem hospital, então temos que dar atendimento aqui"

Aqui em Brasília existem poucas equipes do Programa Saúde da Família. Já tivemos 370 equipes no passado e, hoje, contamos com apenas 70, sendo que 35 estão incompletas. O nosso grande desafio é completá-las e iniciar o ano que vem com mais 110 equipes, que serão responsáveis por fazer controle epidemiológico e o atendimento a diabéticos e hipertensos na casa das pessoas, o que também vai diminuir a demanda dos hospitais.

O que pode ser feito em um curto prazo para melhorar o

atendimento das pessoas que procuram pelo atendimento público?

Nós precisamos trabalhar com a saúde preventiva e evitar que as pessoas se concentrem nas portas das emergências. Os centros de saúde já estão marcando consultas todos os dias em horário comercial e não como antes, em que marcações eram feitas uma vez por mês e o cidadão precisava dormir na fila para pegar uma senha. Nós invertemos a pirâmide do atendimento em Brasília. As pessoas procuram os postos de saúde e, se não têm o atendimento que buscam, vão direto para o Hospital de Base, porque, mesmo que esperem dez horas para serem atendidas, elas sairão com o problema resolvido.

O que o senhor tem a dizer a respeito da mudança no modelo de gestão das unidades de Saúde do DF, onde organizações sociais poderão ser responsáveis pela gestão?

Foi possível uma experiência inovadora em São Paulo, que hoje já conta com 25 hospitais administrados por organizações sociais, e é possível observar um hospital público com atendimento universal, gratuito e com dignidade, de acordo com o que observa a Constituição, em que todo cidadão tem direito a saúde pública de qualidade. O estado tem que garantir a saúde. O cidadão está preocupado com a qualidade do atendimento, e é isso que nós queremos trazer para cá. A satisfação dos pacientes em São Paulo chega a 70%.

E quanto ao Hospital de Santa Maria, quando ele será entregue à população?

Estamos decididos a implantar esse modelo de gestão no Hospital de Santa Maria. Queremos inaugurá-lo até o final do ano. O Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios solicitou que fizéssemos algumas modificações no edital. Simultaneamente, a Câmara Legislativa aprovou a Lei das Organizações Sociais, que já nos autoriza a fazer a escolha das instituições interessadas em fazer a gestão dos hospitais.

Como vai funcionar essa gestão e como o governo vai atuar com esse sistema?

A responsabilidade será do gestor. O Estado será o regulador e estará avaliando para saber se a instituição vai merecer continuar com o contrato. A responsabilidade de equipamentos, funcionários e demais problemas passa a ser do gestor, o que vai diminuir custos e aumentar a qualidade do atendimento. Os hospitais do modelo tradicional continuarão funcionando da mesma forma e vamos poder administrar melhor essas unidades com o surgimento de novos hospitais.

Quais organizações já mostraram interesse em administrar os hospitais do Distrito Federal? A instituição que fará a gestão do Hospital de Santa Maria já foi escolhida?

Várias organizações sociais estão interessadas, entre elas, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Católica de Brasília, Pró Saúde do Rio de Janeiro e a Sociedade Real Espanhola. Ainda não escolhemos qual irá gerir o hospital, mas esperamos uma resposta até a próxima semana.

Quais as próximas metas da Secretaria de Saúde?

Entregar os postos de saúde na Estrutural, Itapoã, Mestre D'Armas, Vila São José, Arapoanga e Riacho Fundo II e informatizar todos os hospitais da rede pública até o final da minha gestão.